



## **Espaço Público e Infância Vulnerável<sup>1</sup>**

Paola Caroline CARRIEL<sup>2</sup>  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PR

### **RESUMO**

Este trabalho visa identificar qual o espaço público ocupado pela infância em situação de vulnerabilidade. A proposição é encontrar um diálogo entre o espaço público midiático e a construção da cidadania. O trabalho traz também um estudo sobre a situação da infância vulnerável. Foi realizada também uma pesquisa na Chácara dos Meninos de 4 Pinheiros a fim de identificar qual é o espaço público que a organização conquistou. A partir dessas premissas, pôde-se estabelecer uma conexão entre a infância e a mídia, focando-se no dever dos meios de comunicação em fornecer uma informação de qualidade. O direito à informação é entendido como um direito meio na efetivação de todos os outros. Assim, o papel da mídia em relação à construção da cidadania é ampliado quando se trata da infância pela necessidade de se garantir o futuro de uma nação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação e Cidadania; Espaço Público Midiático; Infância em Situação de Vulnerabilidade.

### **INFÂNCIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE**

Este trabalho se propõe a abordar o jornalismo e a questão das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade através de uma perspectiva do espaço público. Assim, procurar-se-á encontrar um ponto onde o jornalismo dialoga com a promoção da cidadania e trabalha para a efetivação dos direitos fundamentais. Pretende-se identificar como ocorre o processo de construção da cidadania de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, o espaço público ocupado pela infância antes e depois do Estatuto da Criança e do Adolescente e qual o papel do jornalismo como ator social nessa ação e na construção de uma esfera pública.

A questão da infância e da adolescência no Brasil é muito cara. O Brasil tem atualmente 180 milhões de habitantes. Desses, 62 milhões têm menos de 18 anos e 44% são consideradas pobres pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Unicef (Unicef, 2007). E as crianças em situação de rua representam o lado mais penoso da vulnerabilidade.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT – Mediações e Interfaces Comunicacionais, evento componente do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Jornalismo da PUCPR, email: paolacariel@gmail.com



As crianças e adolescentes em situação de rua são a parte mais visível da exclusão que a nossa sociedade produz. São privados dos direitos mais fundamentais garantidos na Constituição Brasileira, como por exemplo, o artigo 5º, que diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros (...) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade (...)”. Se se toma como perspectiva a Declaração Universal dos Direitos Humanos e analisa-se o Artigo 6º, que diz: “Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei”, pode-se perceber que crianças e adolescentes em situação de rua têm muitas vezes o direito de ser reconhecido como pessoa violado, pois até mesmo o direito à alimentação lhes é negado. Se houver uma abordagem das crianças e adolescentes em situação de rua sob a perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente, sancionado em 1990, poder-se-á possivelmente perceber que eles têm os direitos violados na maior parte dos 267 artigos.

E se por um lado eles são a parte mais visível da exclusão, justamente por essa visibilidade eles se tornam invisíveis aos olhos da sociedade. Faltam políticas públicas para atender os direitos mais essenciais, faltam políticas para atender a família, a escola, a comunidade, enfim, para toda a rede de proteção que deveria funcionar plenamente e garantir a doutrina da proteção integral estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Para Carmem Maria Craidy “a rua dos meninos de rua não é a mesma do transeunte comum, das pessoas que saem a passeio ou para o trabalho. É uma rua invisível para a maioria da população que por ela circula” (CRAYDI, 1998, p. 15).

A questão da infância no Brasil é urgente. Não pode esperar. A cada ano milhares de crianças são vítimas de todo o tipo de violação de direitos. As crianças em situação de rua são um grupo vulnerável dentro desses índices por estarem plenamente expostas a todo o tipo de violência, desde sexual até policial. A infância e a adolescência são consideradas atualmente a fase da vida mais importante do ser humano por formar o que será o adulto.

É importante indagar qual era o espaço que a sociedade brasileira destinou para discutir os problemas da infância. Essa discussão tomou corpo com o ECA e hoje a infância está presente de uma forma regular na agenda nacional. Contudo, será estudado primeiramente como isso ocorria antes do surgimento dessa lei. Com a abolição da escravidão as cidades receberam um grande contingente de negros e seus filhos. Eles não tiveram acesso à educação e passaram a modificar a paisagem das cidades da recente república. Surge assim uma política de “varrer” as ruas e impedir a circulação



de “vagabundos” em detrimento das políticas públicas de qualidade. Começa aqui também a política de encarceramento da população pobre do Brasil. Os jornais da época viam o problema da infância excluída com um viés de problematização da criança, culpando-as por estarem na rua. Há inúmeras matérias de jornais e artigos de opinião publicados em periódicos da época que retratam este quadro (SANTOS, 1998, p. 220).

Santos (1998, p. 229) expõe que foi nesse período que as crianças deixaram de ser “das ruas” e passaram a ser “de rua”. Ele cita uma frase do então secretário de segurança pública, Washington Luis, que disse em 1906: “A questão social é uma questão de polícia”. Para o autor há uma mudança da ocupação dos espaços públicos com a entrada do capitalismo tardio e o público se torna um local onde não se é mais permitido a brincadeira, o jogo e a forma marginal de vida desses garotos e garotas é solucionada pelo estado através da repressão.

Existem várias descrições sobre o que são as crianças e adolescentes em situação de rua. Para fins dessa pesquisa, usar-se-á a descrição utilizada pelas Nações Unidas para o termo crianças e adolescentes em situação de rua:

Uma criança de rua é qualquer menino ou menina que não alcançou a idade adulta e para quem a rua (no senso mais amplo da palavra, incluindo casas abandonadas, terrenos baldios, etc.) tornou-se sua habitual fonte de vida e que é inadequadamente protegida, supervisionada ou orientada por adultos responsáveis (MARTINS, 2001, p. 4).

As crianças em situação de rua passaram a denunciar a falta de políticas por si só, já que antes eram levados a força para os internatos. A vida nas ruas os traz muitas experiências que devem ser levadas em conta na hora de se pensar ações, já que tem “características que lhes são fundamentais: criatividade, alegria e liberdade, de um lado, e agressividade, tristeza e descrença, de outro” (2001, p. 50). A rua proporciona aprendizagens e experiências que as instituições formais não levam em conta. Eles trazem também uma contradição, pois ao mesmo tempo em que a sociedade não consegue inseri-los e nem compreendê-los e eles também não se inserem e nem a compreendem.

O tipo de representação que a sociedade faz das crianças de rua ofusca a percepção de que elas são a ponta do iceberg e anuncia o fracasso, a inadequação e a precariedade das políticas, preventiva e correccional, das instituições delas encarregadas desde o tempo do Brasil Colônia (LEITE, 2001, p. 54).



O ECA, lei federal de nº8069/90, surge com o objetivo de efetivar o artigo 227 da Constituição de 88, que estabelece a doutrina de proteção integral à infância. É uma das legislações mais avançadas do mundo e segue os parâmetros de orientações internacionais e tratados que o Brasil é signatário. A inovação é garantir o desenvolvimento integral a todas as crianças.

### **ABORDAGEM TEÓRICA**

Habermas (1984, p. 13-15) afirma que a palavra público tem várias definições, sendo que há duas principais. A primeira diz respeito entre a oposição público versus privado, no sentido de íntimo e visto por todos, e também como o público sendo a coisa do estado e o privado da sociedade. A esfera pública para o autor surge de uma discussão contra o Estado, criticando-o e exigindo que governe de uma forma a dar publicidade, ou seja, transparência aos seus atos. “A discussão crítica estimulada pela imprensa periódica finalmente teve um impacto transformador sobre as formas institucionais dos estados modernos” (*apud* THOMPSON, 2002, p. 68-69).

Para o autor a esfera pública é um espaço de debate onde os cidadãos discutem coisas relacionadas ao público, as leis, ao bem estar geral e aos destinos coletivos. A esfera pública é uma reunião de pessoas privadas regulamentada pela autoridade, mas fundamentalmente crítica à autoridade. Essa articulação que proporciona uma crítica ao Estado e suas leis é fundamentada pelos meios de comunicação, entre outros espaços. (HABERMAS, 1984, p. 45).

Thompson (2002, p. 109-111) expõe que o desenvolvimento da mídia trouxe a possibilidade de visibilidade da vida política que antes não era possível, já que a visibilidade dos políticos era restrita aos seus círculos de poder. A questão da visibilidade implica em uma discussão sobre o público e o privado. Esta discussão remete a vida na polis grega, onde os cidadãos debatiam o destino coletivo; e também ao direito romano, que separava o direito público e o privado. Com o fim da Idade Média e início da Moderna esses conceitos adquirem novo sentido.

O segundo sentido de público e privado é a concepção de que o público é aberto, acessível a todos, e o privado o que se esconde. É a publicidade *versus* privacidade, visibilidade *versus* invisibilidade. Na Grécia antiga o exercício do poder político era visível, pois as argumentações e debates eram vistos por todos que estavam reunidos e todos tinham poder de voz (THOMPSON, 2002, p. 110-111).



Segundo Thompson (2002, p. 113), o significativo desenvolvimento dos meios de comunicação no século XIX alterou essa relação entre público e privado. Antes da mídia a publicidade estava relacionada ao compartilhamento de um lugar comum. A esse tipo de visibilidade o autor dá a denominação de “publicidade tradicional de co-presença”, pois exigia a interação face a face, visão e audição e caráter dialógico. Habermas afirma que a formação de uma esfera pública na Inglaterra só pôde ocorrer graças à interação meios de comunicação, sociedade e espaços de debates como cafés. Para ele, devido à mediatização de assuntos privados ligado ao público é que esses debates entram na esfera pública política.

O tema da esfera pública moderna, em comparação com a antiga, deslocou-se das tarefas propriamente políticas de uma comunidade de cidadãos agindo em conjunto [...] para as tarefas mais propriamente civis de uma sociedade que debate publicamente [...] A tarefa política da esfera pública burguesa é a regulamentação da sociedade civil (HABERMAS, 1984, p. 69).

As idéias desses dois autores se encontram na importância que atribuem aos meios de comunicação na formação de um espaço público, como foi observado acima. Para ambos, a mídia tem a possibilidade de retomar o espaço público de discussão que ocorria na Grécia, por exemplo de uma forma diferenciada, já que hoje não seria mais possível reunir todos os cidadãos para debater. Assim, os meios de comunicação exerceriam essa função de criar uma nova esfera pública, a esfera pública mediatizada.

Dentre as abordagens que Thompson faz dos meios de comunicação, talvez a mais original seja a necessidade da participação destes, com o direito à informação, na construção da democracia e da esfera pública. Para ele, antes a política e todo o debate que ela implica exigia a presença dos cidadãos e uma interação face – a - face. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação o poder ganhou visibilidade e surgiu o que Thompson chama de publicidade mediada. Em razão disso não há mais a necessidade da co-presença, da partilha de um lugar comum. Também não havia mais uma relação dialógica. “A ligação entre publicidade e visibilidade se atenuou: uma ação ou evento não tinham que ser literalmente presenciados pelos indivíduos para se tornarem públicos” (2002, p. 116).

Para o autor, a nova forma de publicidade criada pela imprensa requer uma inovação na vida pública. Já que não se pode mais ter aquela que existia na Grécia,



baseada na co-presença e na interação face a face, então é necessário pensar em alternativas para uma nova esfera pública.

O desenvolvimento dos meios de comunicação criou um novo tipo de publicidade muito diferente da concepção tradicional de vida pública. Este novo tipo de publicidade mediada não implica que indivíduos se reúnam em lugares compartilhados para discutir questões de interesse comum. Ao contrário, ela é uma publicidade de abertura e visibilidade, de tornar disponível e visível, e essa visibilidade não mais envolve o compartilhamento de um lugar comum. (THOMPSON, 2002, p 206).

As novas formas de publicidade criadas pela mídia são em geral dialógicas e diferem muito da maneira clássica grega. Então, deve-se tomar essa particularidade criada pelos meios de comunicação e tentar criar oportunidades. Os meios de comunicação criaram o chamado espaço visível, “uma espaço não localizado, não dialógico e aberto, no qual as formas simbólicas mediadas podem ser produzidas e recebidas por uma pluralidade de outros não presentes” (p. 213). Esse espaço seria o local da chamada democracia deliberativa. Para o autor, como não há mais possibilidade de haver uma democracia como a da antiguidade clássica, onde todos decidiam o destino de todos, devido às singularidades da modernidade, a alternativa é esta nova democracia. Nesse processo todos os cidadãos têm direito as mais variadas fontes de informação e assim participam de um processo coletivo de tomada de decisão. “Numa concepção deliberativa de democracia, a legitimidade de uma decisão deriva do fato de que ela é o resultado de um processo de generalizada deliberação” (THOMPSON, 2002, p. 221).

Esse valor atribuído aos meios de comunicação também é uma idéia corroborada por outros autores, como Gentili (2005). Para ele, assim como para Thompson, o direito à informação é uma peça fundamental para a democracia e também para a garantia da efetivação de todas as outras leis. Na modernidade todas elas de alguma forma se relacionam com o primeiro. E todos os cidadãos têm de expressar suas vontades e interesses igualmente. Ele é, portanto, um direito – meio, que se estabelece para a concretização de todos os outros que garantem a cidadania (GENTILLI, 2005, p. 118). Para o autor na atualidade já não é mais possível imaginar a sociedade sem a mediação do jornalismo. Há a chamada “necessidade social da informação”. Para ter assegurado seus direitos, o cidadão precisa ter acesso à informação pública. E esta é



indispensável ao exercício da cidadania e ao aprofundamento democrático (p. 125 – 128).

O direito à informação deve fornecer informação em quantidade e qualidade para que cada cidadão possa emitir seu julgamento da melhor forma possível. Isso gera o direito à autonomia. A informação como direito social é uma extensão dos outros, como educação, por exemplo, e diz respeito a toda informação indispensável para a vida em sociedade. Ele deve ser regulado pelo estado, pois diferentemente das leis civis, como ir e vir, por exemplo, em que o sujeito tem a opção de fazê-lo ou não, naquele, essa prerrogativa é inexistente. Sob a perspectiva política, a informação deve permitir ao cidadão escolher. Para isso deve haver a visibilidade do poder. Porém, não é só no voto que se efetiva o direito político, mas também no acompanhamento das atividades políticas, na publicidade dos atos do governo. E para que isso ocorra, o direito à informação é uma premissa (GENTILLI, 2005, p. 130 – 135).

O diálogo estabelecido entre esses dois autores é importante no sentido de oferecer um norte aos meios de comunicação para esse século XXI. A presença da mídia não é mais uma opção na garantia da democracia e na efetivação dos direitos, é uma premissa. Uma informação de qualidade veiculada pelos meios de comunicação é a condição para a construção de uma sociedade menos desigual e a mídia tem o dever de exercer essa função, pois o jornal é uma instituição social, que ocupa um espaço público, mesmo sendo uma empresa privada, pois a democracia exige informações vinculadas pela imprensa. Cada vez que os jornais fogem a essa prerrogativa e seguem interesses menores, perdem sua confiabilidade. Como seu dever é a formação de um direito, o direito informação, devem estar sujeitos ao controle social. Quanto mais cidadania uma sociedade exige, maior é qualidade e o pluralismo dos jornais. Quanto mais eles se engajam na defesa de uma sociedade cidadã, mais se consolidam (GENTILLI, 2005, p. 145–153). A mídia se tornou a nova esfera pública, onde as questões públicas devem ser debatidas. Assim, a sociedade devera escolher, na visão de Gentilli, entre a civilização de massa e a barbárie de massa (2005, p. 163).

Neste sentido, os meios de comunicação influenciam na representação da infância e na forma como a sociedade irá enxergar essa fase. Nessa prática discursiva os meios de comunicação têm um lugar de destaque para exercer essa atividade e criar significados. A mídia como local de interação e espaço de trocas simbólicas adquire um papel crucial na modernidade para mediar esses intercâmbios e construções. Daí a sua



importância na articulação da sociedade em favor da proteção à infância. “É possível introduzir novos discursos nos meios, usá-los como instrumento de transformação, pondo em ação sua capacidade amplificadora” (MARONNA, VILELA, 2007, p. 26).

Os meios de comunicação têm a importante tarefa de contribuir para a legitimação das crianças e adolescentes como cidadãos. As abordagens midiáticas não podem apenas explorar o factual e sim também apontar caminhos e reelaborar um espaço público onde a infância seja prioridade. Porém, dentre as várias representações e abordagens as mais comuns são as que colocam a criança como vítima e sempre um sujeito frágil e não de direitos. Para Moronna e Vilela (2007, p. 45) há na mídia um comportamento chamado de “arrastão”. Existem fatos que chamam a atenção do público e então os meios de comunicação fazem uma abordagem exaustiva sobre o assunto, porém quase sempre sensacionalista e apelando para o sentimentalismo. A linguagem é espetacularizada e é essa característica que a faz se tornar tão chamativa para as pautas dos jornais: a facilidade para a espetacularização, com o largo uso de diminutivos e apelo sentimental, (2007, p. 46).

Segundo os pesquisadores, as matérias que trabalham casos de violações de direitos contra crianças e adolescentes são em sua maioria pouco contextualizadas, oferecendo-se ao leitor apenas um registro factual do ocorrido, nunca se enfatizando a questão dos direitos. Já a questão da cidadania também é apresentada como sendo uma ação para o futuro e a criança é vista como uma reflexão da ação do adulto, não se evidenciando a capacidade de ação. Apesar de o tratamento dado à infância pela imprensa ser de certa forma heterogênea, não se pode identificar uma abordagem positiva que seja também de certa forma significativa. Há uma homegeinização desse tratamento até mesmo em virtude das rotinas de produção dos meios de comunicação. Não obstante, o que aparece em evidência são as diferenças étnicas e sociais.

Como espaço privilegiado para o debate e para a publicidade dos fatos os meios de comunicação adquirem grande importância quando o tema é a infância. Nesse sentido, a imprensa tem a responsabilidade de prover o espaço público com informações de qualidade para garantir a remodelação dos processos de construção da cidadania da infância e adolescência, pois a maneira como ocorre esse desdobramento influencia na criação de estereótipos ou de uma visão da criança como sujeito de direitos. Esse fato influencia diretamente a formulação e execução de políticas públicas voltadas para a área.



A forma como se concebe a infância é um elemento fundamental, pois interfere no planejamento e na consecução de políticas públicas voltadas a essa população. Assim, entende-se que as políticas sociais de uma nação estão intimamente vinculadas às visões de mundo dos seus governantes (MORIGI, ROSA, 2007, p. 76).

Para Morigi e Raddatz (2007, p. 110) a infância aparece no jornalismo impresso de forma ligada à pobreza e exclusão, com certa ênfase na educação. Todavia, o espaço em textos de opinião e artigos que permitiriam maior aprofundamento são escassos. Há uma ênfase na dramatização dos acontecimentos com uma narrativa focando na miséria, fragilidade, abandono e vitimização.

A abordagem dos jornais de certa forma se repete, não importando o continente onde o fato ocorreu. A representação da criança como sujeito passivo é corrente, apesar dela ser mostrada como ativa quando a abordagem é negativa.

A exclusão e a despersonalização são também escolhas comuns, criando outra distância social no leitor. Dispositivo ideológico que também contribui para afastar os problemas sociais das crianças da agenda pública, como grupo, é a opção majoritária pela representação específica. A estreita ligação com lugares e ações específicas configura-se como sugestão de leitura de acontecimentos de um ponto de vista singular e fragmentado, acentuado pelo uso dominante da notícia curta (PONTE, 2002, p. 13).

Esta afirmação de Ponte também é confirmada quando se analisa os periódicos brasileiros. No caso do Paraná, uma pesquisa realizada pela Ciranda, agência integrante da Rede ANDI, em 2002, constatou-se que os temas terceiro setor, DST/Aids, crianças desaparecidas e em situação de rua foram os únicos temas que não tiveram aumento nas coberturas jornalísticas. Durante esse ano o tema situação de rua teve apenas 48 matérias, das 15.130 analisadas pela instituição. O relatório de 2002 diz que “Apesar de ser inquestionável o fato de que muitas crianças e adolescentes vivem nas ruas das cidades do Paraná, a imprensa discute o problema ainda timidamente” (CIRANDA, 2007). O veículo que mais abordou o tema foi o jornal Gazeta do Povo, com 12 matérias. Outro fator alarmante é que desse pequeno universo de 48 matérias em apenas cinco as crianças que estão nessa situação foram ouvidas pelos jornalistas.

Esses dados e o estudo acima revelam que apesar do aumento do número de matérias, ainda falta qualidade na cobertura jornalística. E como já foi dito anteriormente, essa qualidade é um direito-meio nesse século XXI para o acesso aos outros. Para Thompson (2002, p. 29), em uma sociedade midiaticizada o acesso à



informação é uma necessidade para a pulverização e democratização do poder. Portanto, os meios de comunicação têm o papel de garantir a circulação de uma informação de qualidade e o fortalecimento de um espaço público para a discussão dos direitos da infância por ser um grande espaço privilegiado para o debate político nesse século e por suas informações veiculadas influenciarem a significação que a sociedade vai ter sobre as coisas, nesse caso específico sobre a infância. Como afirmam Morigi e Rosa (2007, p. 76), a forma como a mídia representa a infância influencia também o planejamento de políticas públicas. Portanto, pode-se inferir que os meios de comunicação têm grande responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa e que garanta às crianças e adolescentes seus direitos mais fundamentais. Essa responsabilidade se deve ao fato de que os meios de comunicação são os principais executores de um direito que vai garantir a efetividade de todos os outros. Se os meios de comunicação não assimilarem esta função da gestão da esfera pública midiaticizada de forma a garantir a cidadania, de nada valerá a sociedade ter leis avançadas como o Estatuto da Criança e do Adolescente, pois estarão fazendo uma opção para a barbárie de massa.

### **CHÁCARA OS MENINOS DE 4 PINHEIROS**

No Brasil, muitas pesquisas e discussões sobre essa temática formaram uma linha de mobilização social que culminou com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um dos mais refinados códigos de direitos da infância e juventude do mundo. Trata-se de uma lei quase completa e em conformidade com as deliberações da Declaração Mundial dos Direitos da Criança, que apesar dos esforços ao longo dos últimos 17 anos, ainda sofre críticas contundentes e decorrentes de inúmeros equívocos que ocorrem principalmente na sua interpretação e aplicação. Com base no que já foi estudado anteriormente, pode-se inferir que essa discussão, fruto do desconhecimento, é onerosa para o lado mais fraco, as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Neste sentido, diante deste cenário, optou-se por apresentar uma instituição não governamental comprometida com a ponta mais fraca desta “linha social”, as crianças e os adolescentes de rua. Esta instituição é a Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, conhecida pela população como Chácara Os Meninos de Quatro



Pinheiros, que existe desde 1993 e atualmente atende 80 meninos entre 8 e 20 anos, localizada em Mandirituba, região Metropolitana de Curitiba<sup>3</sup>

O primeiro contato com a fundação foi fruto de uma visita durante um fim de semana de abril de 2006, a fim de concretizar uma experiência inédita para o jornal laboratório *Comunicare* – periódico do curso de Jornalismo da PUCPR: realizar uma inserção em uma realidade desconhecida. A sugestão foi dada pelo professor José Carlos Fernandes e acatada por parte da turma. A outra metade preferiu outro tema. O contato com os garotos que residem na ONG foi extremamente satisfatório e já naquele dia o grupo pôde perceber uma série de diferenças, comparadas a outros projetos.

Considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2007 como uma das 50 melhores experiências do Brasil, dentro dos 8 jeitos/objetivos do milênio para mudar o mundo, a Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, conhecida como Chácara Os Meninos de Quatro Pinheiros, funciona desde 1993 e atende atualmente 80 meninos entre 8 e 20 anos.

É instigante entender como um projeto simples pôde se tornar referência mundial e um modelo de política pública, apesar de não ter vínculos governamentais. Dentro desta perspectiva, o objetivo do estudo está fundamentado na importância de conhecer como ocorre o processo de cidadania dentro da organização e como conquistou o espaço que tem hoje na esfera pública de debate sobre os direitos da infância. Sob uma ótica mais estruturada, será feita a descrição do que fazem, o que pensam e como agem seus integrantes e suas crianças e adolescentes.

Outras peculiaridades da Chácara estão na sua origem nos movimentos populares, nas raízes estabelecidas no trabalho do “educador social de rua”, na dinâmica da convivência e desenvolvimento mútuo com os meninos, na trajetória histórica e social de sua equipe de trabalho. A instituição também tem envolvimento com a promoção de direitos e políticas públicas e tem sua metodologia e proposta pedagógica pautadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Outra característica da ONG é a articulação de suas atividades com as escolas, famílias, voluntários e padrinhos dos meninos. Essas características direcionam o estudo para uma linha metodológica proveniente das pesquisas participantes, dentre as quais a pesquisa-ação

A grande inovação da instituição em relação a outros projetos é a metodologia de trabalho, baseada na construção de regras da vida comunitária em conjunto com os

---

<sup>3</sup> A autora é voluntária da instituição há dois anos e realizou uma pesquisa de observação participante não sistemática no local.



garotos. Na fundação todas as decisões são tomadas levando em conta a participação e a colaboração das crianças e adolescentes. Esse incentivo ao protagonismo juvenil fez com que os moradores adotassem efetivamente a instituição como um lar, mesmo temporário ou sem a possibilidade do retorno familiar. Essa participação gera uma estabilidade emocional nas crianças que muitas vezes têm na fundação o sentido de uma casa pela primeira vez na vida. A ONG oferece aos garotos uma oportunidade de transformar suas realidades pelas próprias mãos, tornando-os protagonistas nessa mudança de vida. Lá eles enxergam uma alternativa para a vida nas ruas, que é concretizada com o carinho e amor de todos os educadores. A permanência na instituição sempre foi de forma voluntária. As crianças e adolescentes são abordadas nas ruas e há todo um trabalho de convencimento para que permaneçam na ONG sempre voluntariamente.

Porém, além da qualidade no atendimento e da proposta pedagógica inovadora, a Chácara se destaca no cenário da infância por criar espaços de debate sobre o direito das crianças e adolescentes e se tornou uma referência no assunto. Como se pode constatar ao analisar o histórico da instituição, o debate com a sociedade foi uma preocupação permanente. A própria maneira como a ONG foi criada foi fruto de uma ampla discussão com crianças, moradores, educadores e poder público. A própria maneira como a ONG foi criada foi fruto de uma ampla discussão com crianças, moradores, educadores e poder público. Pode-se encontrar a presença de espaços de debates em várias frentes de trabalho da instituição.

A Instituição conseguiu fortalecer um espaço público de discussão sobre os direitos da infância através de um trabalho persistente de diálogo com a sociedade civil. Para Thompson (2002, p. 205), as organizações populares começaram a levar os debates políticos para esfera pública e passaram a negar a premissa de que a política é uma coisa somente para o estado. E foi exatamente que os educadores da Chácara conseguiram ao propagar a idéia de que “criança é caso de política e não de polícia”. Eles estabeleceram um diálogo com a sociedade desde o início de sua história, seja na articulação com os moradores da Vila Lindóia, com os meninos que estavam nas ruas, com outras organizações para o auxílio da compra do terreno, com o poder público, com a mídia entre outros.

Atualmente são vários os espaços de discussão sobre os direitos da infância que a instituição cria e/ou fortalece. Há os encontros com as famílias na instituição e na Paróquia Senhor Bom Jesus do Cabral, as participações nos mais variados eventos sobre



a infância, desde seminários sobre o ECA até encontros de direitos humanos. Nesses eventos, outra inovação da Fundação é a participação dos próprios garotos, com apresentações culturais e sobre a filosofia da ONG, incentivando o protagonismo juvenil. A parceria com a Universidade Federal do Paraná também gera variados espaços de debate. Neste ano foi organizado um seminário em parceria com a universidade para discutir propostas para os direitos das crianças que contou com a presença de conselheiros tutelares de diversas partes do estado. Além da parceria com eventos externos, na própria instituição ocorrem esses espaços, assim como o tema também é levado para dentro da universidade e da mídia.

A relação da ONG com a mídia também é uma preocupação dos educadores, pois eles acreditam que os meios de comunicação têm um papel importante na conscientização da sociedade. Essa visão corrobora com a posição de Gentilli (2005, p. 130 – 135), no que diz respeito ao acesso à informação. Ele é um direito meio para a efetivação de todos os outros. A informação como direito social é uma extensão dos outros direitos, como educação, por exemplo, e diz respeito a toda informação indispensável para a vida em sociedade. Assim, além dos mais variados espaços de debate criados e fortalecidos pela instituição, há também uma preocupação com o espaço público midiático.

A relação com os meios de comunicação foi se fortalecendo a medida que a experiência da própria Instituição foi também se comprovando como eficiente. Com base nas pesquisas anteriores, evidenciasse que a abordagem dos meios de comunicação em relação às crianças em situação de vulnerabilidade social não é satisfatória, pois em 2002 foram apenas 48 matérias em um universo de 15.130, porém, com a Chácara a situação é bastante diferente. Por ser referência no assunto sobre os direitos da infância, seus educadores são chamados para debater sobre o assunto em diversos veículos de comunicação. Somente neste ano foram mais de cinco matérias para a televisão e dez matérias para veículos impressos. Se se tomasse como base os números de 2002, os mais recentes, somente as matérias impressas sobre a ONG corresponderiam a 20% do total.

Considerando-se que na maior parte dos casos a abordagem midiática é factual, como já foi delimitado previamente, pode-se inferir que o trabalho da instituição traz uma nova abordagem dos jornais para as crianças em situação de rua e uma relação positiva com os meios de comunicação, que rompe com as estatísticas sobre abordagens factuais. Durante esse ano, a maior parte das reportagens sobre a ONG em estudo tratou



de assuntos ligados a cidadania, como o retorno familiar e a cobertura da própria mídia sobre a infância em situação de vulnerabilidade e a violência.

A preocupação da Instituição em divulgar o tema das crianças em situação de rua e fortalecer uma rede de garantia de direitos é comprovada através de um evento ocorrido em outubro de 2007. Um encontro com jornalistas em parceria com a ONG Ciranda foi organizado. Nesse espaço foi debatido o papel dos meios de comunicação e a infância com os próprios adolescentes, que criticaram muito a forma como a mídia retrata as comunidades, a violência e os temas ligados a exclusão.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nos estudos realizados sobre espaço público midiaticizado, pode-se inferir que os meios de comunicação constituem a nova esfera pública. É nesse espaço que ocorrem as trocas simbólicas, as mediações, o diálogo entre a sociedade. É também nesse espaço onde ocorre a decisão dos destinos coletivos e a publicidade da política. Política entendida não como politicagem e sim como a decisão do destino de uma nação.

Então, é através dos meios de comunicação que os cidadãos se informam e conseguem modificar o rumo do país. Na perspectiva dos teóricos estudados, os meios de comunicação e as novas interações que eles geraram são algo definitivo, não há como regredir e voltar à democracia grega, porém, é necessário aproveitar essa nova interação a favor da democracia. Thompson sugere o chamado pluralismo regulado, que seria importante para combater a tirania nos meios de comunicação. Gentilli, alerta que a sociedade deve escolher entre a democracia de massa e a barbárie de massa. Portanto, o direito à informação de qualidade não é mais uma opção é uma premissa para a construção de uma sociedade justa.

Neste contexto, pode-se inferir que a Chácara dos Meninos de 4 Pinheiros ocupa um local privilegiado na esfera pública sobre o debate dos direitos das crianças. Sua trajetória de construção e suas frentes de trabalho apontam para uma originalidade e qualidade raramente vistas. As pessoas que trabalham naquele local acreditam que podem e devem modificar a sociedade e o lugar público que a infância em situação de vulnerabilidade ocupa. Além de promover uma série de espaços para o debate dessas questões, a Instituição vem construindo uma relação sólida de conscientização com os meios de comunicação a fim de divulgar a causa da infância, de forma qualitativa e não somente factual.



Pode-se concluir que o tratamento desumano com que a sociedade trata a infância em situação de rua é histórico. Esse descaso é um desvio às políticas públicas e à sociedade que remete à nossa falência como nação e como seres humanos. Portanto, ao passar por uma criança na rua e não fazer nada, estamos apenas provando que somos seres humanos falidos. Apesar de extensa, a pesquisa bibliográfica desenvolvida foi muito importante para ver o potencial emancipatório dos meios de comunicação e como podem e devem ser importantes na construção da cidadania, cabendo aos jornalistas, como profissionais de mídia escolher a cidadania em detrimento da barbárie.

## REFERÊNCIAS

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito do cidadão à informação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações Quanto a Uma Categoria da Sociedade Burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LEITE, Lígia. **Meninos de Rua: A Infância Excluída do Brasil.** São Paulo: Atual, 2001.

MEURER, Flávio; MORIGI, Valdir José; ROSA, Rosane. **Mídia e Representações da Infância: Narrativas Contemporâneas.** Curitiba: Champagnat; Porto Alegre: UFGRS, 2007.

MORIGI, Valdir José; ROSA, Rosane. **Cidadania Midiatizada, Cidadão Planetário.** Comunicação e Espaço Público, 2004; Nº 1 e 2, p. 81-93.

PONTE, Cristina. **Cobertura Jornalística da Infância: Definindo A Criança Internacional.** Sociologia, Problemas E Práticas, 2002, Nº 38, p. 61-77.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. **Criança e Criminalidade no Início do Século.** In: DEL PRIORE, M. (ORG) História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: Uma Teoria Social da Mídia.** Petrópolis: Vozes, 2002.

## ELETRÔNICAS

ANDI. Disponível em: <[HTTP://www.andi.org.br](http://www.andi.org.br)> Acesso em: 22 fev. 2008.

CIRANDA. Disponível em: <[HTTP://www.ciranda.org.br](http://www.ciranda.org.br)> Acesso em: 22 fev. 2007.

UNICEF. Disponível em: <[HTTP://www.unicef.org/brazil/](http://www.unicef.org/brazil/)> Acesso em: 22 fev. 2007.